

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção, consoante autorização da Sra. Secretária de Educação vem abrir o presente processo de dispensa de licitação para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Como fundamento apresenta-se a Lei Federal sob nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus* responsável pelo surto de 2020. Em seu texto dispõe expressamente sobre a possibilidade da Administração Pública proceder com compra e contratação direta de bens e serviços, na modalidade de dispensa, desde que preenchidos alguns requisitos legais apresentados a seguir:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus* de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus*.

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



V - critérios de medi o e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

b) pesquisa publicada em m dia especializada; (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

d) contrata es similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

VII - adequa o orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

  2  Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

  3  Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contrata o pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscila es ocasionadas pela varia o de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória n  926, de 2020)

Além do mais, a Lei 8.666/93 e o Decreto Municipal 16/2020 em seu artigo 1  vislumbra a hipótese tratada nesse momento, trazendo a possibilidade da dispensa de licita o quando da existência de casos de emergência ou de calamidade pública, e caracterizada urgência de atendimento de situa o que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares:

Art 1 : EMERGÊNCIA no Município de Reden o, ficando autorizada, de pronto, a aquisi o de bens, insumos, serviços, inclusive de engenharia, por dispensa de licita o, destinados ao enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Art. 24.   dispensável a licita o:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situa o que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços,



equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

...

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

O J. Cretella Júnior, ilustre doutrinador, assim comenta a situação de emergência: "é dispensável também a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública. "Situações emergenciais" ou "situações calamitosas" não se compadecem com o procedimento licitatório, empregado em situações normais, quando as formalidades devem ser rigorosamente observadas. Nessas duas hipóteses, impõem-se a dispensa de licitação, desde que fique bem caracterizada a necessidade da urgência do atendimento da situação, capaz de ocasionar prejuízos irreparáveis e vultosos ou de comprometer a segurança das pessoas. Nessas situações, a feitura de obras, a prestação de serviços, a aquisição de equipamentos e de outros bens, públicos ou privados, não podem ficar na dependência do procedimento licitatório que, concluído, poderia induzir o Estado a celebrar contratos quando a emergência ou calamidade tivessem passado" (J. Cretella Júnior, in Das licitações Públicas, pág.231, 8ª edição, ed. Forense, 1995);

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



A razão desta contratação através de dispensa de licitação encontra-se devidamente justificada pelo atual cenário atravessado pelo nosso país, em virtude da pandemia que nos assola, sendo esta a COVID-19, desta forma, buscando a celeridade processual tendo em vista a urgência do objeto preterido pela Secretaria de Saúde do Município será realizada a Dispensa de Licitação em comento.

O Decreto Municipal 16/20 preconiza:

Art 1º: EMERGÊNCIA no Município de Redenção, ficando autorizada, de pronto, a aquisição de bens, insumos, serviços, inclusive de engenharia, por dispensa de licitação, destinados ao enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Lei Federal sob nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 esclarece:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

No caso em pauta o valor a ser contratado é **R\$ 72.040,00 (setenta e dois mil e quarenta reais)**.

Assim sendo, e, estando atendidas todas as exigências requeridas pelo dispositivo retromencionado, tem-se justificada a dispensabilidade da licitação em pauta.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, em anexo, realizada pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Redenção. Assim sendo, a escolha recaiu nas seguintes empresas:

JOSÉ BENI S TRAJANO FILHO - EPP, dos itens de 1 a 5, inscrita no CNPJ nº 09.148.718/0001-2, localizada na Avenida São Jorge - 1001 - RAMPA - RERIUTABA, e a empresa QUIMIFORT COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E LABORATORIAL EIRELLI do item 6, inscrita no CNPJ 41.654.740/0001-28, localizada na Rua São Raimundo N° 1746 - CAMBEBA - Fortaleza - Ceará



PREFEITURA MUNICIPAL DE
REDENÇÃO
NOSSAS AÇÕES SUAS CONQUISTAS



As propostas apresentadas resultaram nos seguintes valores: R\$ 66.540,00 (sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta reais) sendo este para os itens 1,2,3,4 e 5, e R\$ 5.500 (cinco mil e quinhentos reais) sendo este para o item 6, totalizando o valor global **de R\$ 72.040,00 (setenta e dois mil e quarenta reais)**, cujos valores estão perfeitamente coerentes com a realidade de mercado na jurisdição do município de Redenção-CE.

Redenção - CE, 13 de abril de 2020.

Wilson Pontes Ferreira de Paula Neto
WILSON PONTES FERREIRA DE PAULA NETO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO